

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

248 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 8 a 12 de setembro de 2025

1. PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU - ESTADO DA UNIÃO	
Reações dos Grupos Políticos	4
Cobertura noticiosa	5
Moções de censura	9
2. POLÓNIA - RÚSSIA - ARTIGO 4.º DO TRATADO NATO	5
3. SESSÃO PLENÁRIA DO PE	6
Gaza	(
Quadro Financeiro plurianual	(
Outros debates	7
4. EUROBARÓMETRO	7
5. ACORDO-QUADRO DE COOPERAÇÃO ENTRE O PE E A COMISSÃO	7
6. COMISSÃO EUROPEIA - PROSPETIVA ESTRATÉGICA	8
7. PARLAMENTO EUROPEU - DIÁLOGO DE RELATORES	8
8. REUNIÕES DO CONSELHO	9
9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	9
Conselho Europeu	9
Parlamento Europeu	9
Comissão Europeia	Ģ
Conselho da UE	Ç

1. PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU - ESTADO DA UNIÃO

No Parlamento Europeu (PE) em Estrasburgo, Ursula von der Leyen apresentou o seu primeiro discurso sobre o Estado da União desta legislatura, numa intervenção marcada pela ênfase na <u>independência estratégica da Europa e no apelo à unidade</u> (discurso <u>aqui</u>). "A Europa está numa luta. Uma luta pelos nossos valores e pelas nossas democracias. Uma luta pela nossa liberdade e pela nossa capacidade de determinar o nosso destino", afirmou logo na abertura.

Na abertura do debate, a Presidente do PE, Roberta Metsola, declarou: "Nestes tempos sem precedentes, precisamos de clareza e de determinação para orientar a Europa. Precisamos de uma Europa que assuma a responsabilidade pela sua própria segurança, a facilite para as empresas e proteja os postos de trabalho. (...) Quando o mundo parece estar, demasiadas vezes, em chamas, com a agressão russa contra a Ucrânia e a terrível situação em Gaza, este Parlamento está ansioso que a Europa avance com novas e ousadas ideias".

A Presidente da Comissão sublinhou que este é o "momento da independência da Europa", exigindo que Estados-Membros, instituições e forças democráticas trabalhem juntos para garantir a segurança, a competitividade e a coesão social da União. Destacamos as **principais áreas abordadas no discurso**.

1. Ucrânia, segurança e defesa

Von der Leyen dedicou uma parte extensa do discurso à guerra na Ucrânia, que descreveu como a "luta pela liberdade e independência que é também a nossa". Recordou o caso de Sasha, uma criança deportada pelos russos, e da avó Liudmyla, que conseguiu recuperá-lo após uma longa odisseia, ambos presentes em Estrasburgo. Sublinhou que histórias como esta "são a prova viva de que a liberdade da Ucrânia é a liberdade da Europa". A Presidente anunciou a realização de uma Cimeira da Coligação Internacional para o Retorno das Crianças Ucranianas, afirmando que "cada criança raptada deve ser devolvida".

No plano militar e financeiro, destacou que a Europa já mobilizou perto de 170 mil milhões de euros em ajuda à Ucrânia, advertindo que "Não pode ser apenas o contribuinte europeu a suportar este esforço. Esta é a guerra da Rússia. E é a Rússia que deve pagar." Para esse efeito, apresentou uma proposta inovadora: a utilização dos ativos russos imobilizados para criar um **Empréstimo de Reparações**. Explicou: "Com os saldos de caixa associados a esses ativos, podemos disponibilizar financiamento imediato à Ucrânia. Os ativos não serão tocados, mas a Ucrânia só reembolsará o empréstimo quando a Rússia pagar as reparações."

Neste quadro, anunciou também o programa **Qualitative Military Edge**, destinado a financiar capacidades estratégicas ucranianas, incluindo drones, área em que "a engenhosidade ucraniana já é responsável por dois terços das perdas de equipamento russas". Para enfrentar a massificação da produção russa, a Comissão lançará ainda uma <u>Drone Alliance com a Ucrânia</u>, apoiada com €6 mil milhões.

No plano europeu, Von der Leyen anunciou a criação de um Semestre Europeu da Defesa.

2. Política externa, Israel, Gaza e Médio Oriente

A Presidente abordou de forma particularmente emotiva a crise em Gaza, sublinhando que "o que está a acontecer abalou a consciência do mundo". Evocou imagens de crianças mortas, mães desesperadas e populações a passar fome: "A fome provocada pelo homem nunca pode ser uma arma de guerra. Pelo bem das crianças, pelo bem da humanidade – isto tem de parar." Criticou o agravamento da situação nos Territórios Palestinianos, apontando como sinais de alarme "a asfixia financeira da Autoridade Palestiniana, os planos de colonatos no setor E1, que cortariam a Cisjordânia de Jerusalém Oriental, e as declarações incendiárias de ministros extremistas do governo israelita". Segundo Von der Leyen, tudo isto "aponta para uma tentativa clara de minar a solução de dois Estados".

Reconheceu também as divisões internas entre os Estados-Membros: "Os cidadãos perguntam quanto pior terá de ficar antes de termos unidade. Eu compreendo essa frustração. O que está a acontecer em Gaza é inaceitável."

1

Face a esta situação, anunciou um conjunto de medidas: suspensão de pagamentos no quadro da cooperação bilateral com Israel, salvaguardando o apoio à sociedade civil e instituições como o Yad Vashem; proposta de sanções a ministros extremistas e colonos violentos; suspensão parcial do Acordo de Associação UE-Israel em matérias comerciais; e criação de um Grupo de Doadores para a Palestina, com um instrumento específico para a reconstrução de Gaza. Reiterou que a paz duradoura só pode resultar de uma solução política: "O único plano de paz realista é o de dois Estados, vivendo lado a lado em paz e segurança. Com um Israel seguro, uma Autoridade Palestiniana viável e o fim do Hamas."

3. Alargamento e vizinhança

Von der Leyen afirmou que "apenas uma Europa unida – e reunificada – pode ser uma Europa independente". Defendeu a integração plena da Ucrânia, Moldávia e Balcãs Ocidentais como prioridade estratégica e garantia de segurança para todo o continente.

4. Competitividade, economia e tecnologia

A Presidente destacou os esforços para simplificar e integrar o Mercado Interno. Anunciou um <u>Single Market Roadmap até 2028</u>, abordando capitais, serviços, energia, telecomunicações e uma nova "quinta liberdade" – conhecimento e inovação. Apresentou ainda um <u>Scaleup Europe Fund</u> para startups de alta tecnologia, o investimento em Gigafábricas de Inteligência Artificial, novos regimes regulatórios e o Industrial Accelerator Act para setores estratégicos.

5. Green Deal e energia

Von der Leyen reafirmou que a transição energética é "a chave para a independência da Europa". Anunciou o Grids Package e a iniciativa Energy Highways, destinados a eliminar oito estrangulamentos críticos nas interligações energéticas. Destacou ainda a Circular Economy Act e a necessidade de novos instrumentos comerciais para proteger a indústria do aço da concorrência desleal.

Von der Leyen dedicou uma parte importante à **política comercial**, sublinhando que "a relação comercial com os Estados Unidos é a mais importante para a União Europeia". Recordou que as exportações europeias para os EUA ascendem a mais de 500 mil milhões de euros por ano, sustentando milhões de empregos. Justificou o recente acordo celebrado com Washington como um instrumento de estabilidade num contexto de grande insegurança global: "Como Presidente da Comissão, nunca arriscarei os empregos ou os meios de subsistência dos europeus. Fizemos este acordo para manter o acesso ao mercado para as nossas indústrias e garantimos que a Europa obteve o melhor acordo possível." Rejeitou críticas que apontam para cedências regulatórias, afirmando: "Seja em matéria ambiental ou digital, nós estabelecemos as nossas próprias normas. A Europa decide sempre por si mesma."

6. Dimensão social

A Presidente apresentou um leque de iniciativas de impacto direto nos cidadãos: <u>Quality Jobs Act; Estratégia Europeia de Erradicação da Pobreza até 2050; Plano Europeu de Habitação Acessível e realização da primeira Cimeira Europeia da Habitação; Small Affordable Cars Initiative para promover veículos elétricos acessíveis; reforço da PAC e campanha de promoção "Buy European Food".</u>

7. Democracia, Estado de Direito e sociedade

Von der Leyen desenvolveu de forma particular a questão das redes sociais e da proteção dos menores. Recordou a ansiedade dos pais face ao <u>acesso ilimitado dos filhos a conteúdos nocivos online</u> – desde bullying, conteúdos para adultos, até algoritmos que exploram vulnerabilidades para criar dependência. "Os pais sentem-se impotentes perante a maré das grandes plataformas. Eu acredito que são os pais – e não os algoritmos – que devem educar os filhos." Neste sentido, a Comissão Europeia irá estudar modelos internacionais, nomeadamente o exemplo da **Austrália**, que está a implementar restrições etárias para acesso a redes sociais. Von der Leyen

anunciou que será criado até ao final do ano um <u>painel de especialistas para apresentar recomendações concretas sobre as medidas mais adequadas para a Europa</u>.

Reafirmou que "o respeito pelo Estado de direito é condição obrigatória para os fundos da UE, agora e no futuro". Anunciou o European Democracy Shield, a criação de um Centro Europeu de Resiliência Democrática e um Programa de Resiliência dos Media.

8. Migração e fronteiras

Defendeu a plena implementação do Pacto para a Migração e Asilo e um regime de sanções contra redes de tráfico humano. "Somos nós que decidimos quem entra na Europa e em que condições – não os traficantes."

9. Proteção civil e resiliência climática

Face aos incêndios devastadores do verão, Von der Leyen anunciou a criação de um <u>hub europeu de combate a incêndios em Chipre</u>, que também apoiará países vizinhos.

10. Reformas institucionais

Defendeu o reforço do papel do PE, com o reconhecimento do seu direito de iniciativa legislativa, e a passagem para maioria qualificada em matérias de política externa. "Está na hora de libertar-nos das amarras da unanimidade. Só assim podemos ser mais rápidos e entregar resultados aos europeus."

<u>Tabela – Principais medidas anunciadas</u>

Área / Setor	Medida Anunciada
Ucrânia e Defesa	Cimeira para retorno de crianças; Empréstimo de Reparações com ativos russos imobilizados; Qualitative Military Edge; Drone Alliance (€6B); Readiness 2030 (€800B); SAFE (€150B, já subscrito); Semestre Europeu da Defesa; Eastern Flank Watch; muralha de drones
Política Externa – Médio Oriente	Suspensão de pagamentos bilaterais a Israel (exceto sociedade civil e Yad Vashem); sanções a ministros extremistas e colonos; suspensão parcial do Acordo de Associação UE-Israel; Grupo de Doadores para a Palestina (instrumento para Gaza); defesa da solução de dois Estados; pedido de cessar-fogo imediato
Alargamento	Aceleração da adesão de Ucrânia, Moldávia e Balcãs Ocidentais; integração gradual no Mercado Único
Mercado Interno	Single Market Roadmap até 2028; 28.º regime; quinta liberdade (conhecimento e inovação); União de Poupança e Investimento
Tecnologia & Inovação	Scaleup Europe Fund; Gigafábricas de IA; AI & Tech Declaration; Industrial Accelerator Act
Energia & Clima	Grids Package; Energy Highways; Battery Booster Package (€1.8B); Circular Economy Act; novo instrumento comercial para proteger indústria do aço
Dimensão Social	Quality Jobs Act; Estratégia Anti-Pobreza 2050; Child Guarantee; Plano Europeu de Habitação Acessível; Cimeira Europeia da Habitação; revisão das regras de auxílios de Estado; Small Affordable Cars Initiative; campanha "Buy European Food"
Estado de Direito & Democracia	European Democracy Shield; Centro Europeu para Resiliência Democrática; Programa de Resiliência dos Media; condicionalidade do Estado de Direito para fundos; análise de restrições a redes sociais para menores
Migração	Implementação do Pacto para Migração e Asilo; novo regime de sanções contra traficantes de pessoas; cooperação com companhias aéreas e plataformas digitais; sistema europeu de retornos
Proteção Civil & Clima	Hub europeu de combate a incêndios em Chipre; reforço do Mecanismo de Proteção Civil; aposta em soluções baseadas na natureza e resiliência climática
Institucional	Direito de iniciativa legislativa para o Parlamento Europeu; passagem a maioria qualificada em política externa

O *think-tank* do PE publicou um briefing com uma primeira avaliação da execução da agenda política da Comissão presidida por Ursula von der Leyen desde dezembro de 2024, no início do seu segundo mandato (disponível <u>aqui</u>). Analisa o grau de concretização das **sete prioridades definidas pela nova Comissão**, que não têm continuidade direta com as seis do mandato anterior. Até ao momento, foram anunciadas cerca de **250 iniciativas**, sendo que **metade se concentra na prioridade dedicada à prosperidade e competitividade**, sublinhando a centralidade desta dimensão no novo ciclo político.

Reações dos Grupos Políticos¹

Manfred Weber (PPE, Alemanha) saudou a Comissão pelos progressos em áreas como a redução da burocracia, o reforço da defesa europeia e o combate à migração ilegal. Garantiu que o seu grupo continuará a apoiar o Executivo comunitário, sobretudo no que toca à defesa dos acordos comerciais da UE com os Estados Unidos e o Mercosul, frisando que a alternativa seria um confronto tarifário. Sobre o Pacto Ecológico, defendeu que a política climática deve manter-se "realista" e assente no princípio da neutralidade tecnológica. Weber apelou ainda ao Parlamento para acelerar os trabalhos em curso e evitar divisões de natureza ideológica.

<u>Iratxe García</u> (S&D, Espanha) questionou diretamente: "Onde está a Europa?". Sublinhou que urgência e unidade não bastam sem ambição e sem a promoção dos interesses próprios da União. Considerou o acordo comercial com os EUA "injusto e inaceitável" e anunciou a vontade de o rever. Reforçou a crítica à resposta europeia em relação ao conflito no Médio Oriente, perguntando: "E onde está a Europa quando Gaza está a morrer?", defendendo que a suspensão da cooperação com Israel surge tarde demais.

<u>Jordan Bardella</u> (PfE, França) condenou o apoio da Presidente da Comissão ao acordo de comércio livre com o Mercosul. Criticou também a proposta europeia de reduzir tarifas aduaneiras sobre automóveis chineses e as regras do mercado energético, que, no seu entender, ignoram a vantagem do nuclear francês. Sobre o acordo com os EUA, declarou que este prejudica setores estratégicos franceses – defesa, vinhos, luxo e farmacêutica – enquanto outros países de menor dimensão obtêm benefícios mais claros.

Nicola Procaccini (ECR, Itália) afirmou que a União deve "reforçar os nossos valores, a nossa economia e os nossos aliados". Defendeu o entendimento comercial com os EUA, argumentando que é "melhor do que uma guerra comercial entre aliados que precisam uns dos outros". Considerou, contudo, que o Pacto Ecológico se tornou "um obstáculo demasiado elevado à competitividade europeia". Aplaudiu ainda as propostas recentes em matéria migratória, instando a que os regressos passem a ser eficazmente aplicados.

<u>Valerie Hayer</u> (Renew, França) advertiu que a União está a perder a confiança dos cidadãos por se ter tornado incapaz de os proteger. Defendeu uma Europa mais integrada, soberana e de perfil federal. Na sua intervenção, falou numa guerra cultural existencial que ameaça o modo de vida europeu, as liberdades e a independência dos povos. Pediu ação concreta no Escudo de Proteção da Democracia, na competitividade e no combate à agressividade da Rússia e de Israel. Terminou apelando à convocação de uma convenção para reformar a União.

<u>Bas Eickhout</u> (Grupo dos Verdes/ALE, Países Baixos) exortou a Europa a "deixar de pensar como um mercado e começar a pensar como uma potência". Reclamou medidas imediatas face à crise em Gaza e destacou que a segurança também passa pelo combate às alterações climáticas. Defendeu investimentos em energias renováveis e noutras indústrias estratégicas para enfrentar os regimes autocráticos. Sublinhou a necessidade de apostar no capital humano, na educação, em infraestruturas e na inovação verde para reforçar a competitividade da UE.

<u>Martin Schirdewan</u> (Grupo da Esquerda, Alemanha) qualificou o acordo comercial com os EUA como "capitulação total". Relacionou a liberalização comercial com aumento da pobreza, destruição de empregos e agravamento dos custos sociais. Criticou os milhares de milhões canalizados para a militarização, ao mesmo tempo que se fazem "cortes brutais" nas pensões e na segurança social. Condenou também o silêncio europeu

-

¹ Fonte: Serviço de imprensa do PE

sobre Gaza, acusando a UE de ter uma política externa com dois pesos e duas medidas e de falhar na construção da paz.

René Aust (ESN, Alemanha) alertou para o facto de os mercados globais estarem a crescer enquanto a Europa perde terreno devido à falta de liberdade económica. Apontou ainda a política migratória como responsável pelo aumento da violência, das redes criminosas, de problemas ligados à droga e da insegurança sentida pelas mulheres na Europa.

O debate integral está disponível nesta <u>ligação</u>.

Cobertura noticiosa

Os jornais de referência fizeram uma ampla cobertura noticiosa do debate, nomeadamente o *Politico* (live blog aqui e as *5 principais ideias a reter* aqui) ou o *Euractiv*, aqui.

Moções de censura

Em Estrasburgo, os grupos dos **Patriotas pela Europa** e da **Esquerda** confirmaram que iriam apresentar moções de censura contra Ursula von der Leyen, poucas horas depois do seu discurso sobre o Estado da União. A iniciativa surge dois meses após a última moção e poderá obrigar a presidente da Comissão a regressar ao Parlamento já em outubro para defender o seu mandato. No texto a apresentar, os Patriotas acusam von der Leyen de "fracasso persistente" e afirmam que "a União Europeia está hoje mais fraca do que nunca devido à incapacidade da presidente da Comissão em lidar com os desafios mais prementes". Criticam também "a falta de transparência e de prestação de contas" e os acordos comerciais com os EUA e o Mercosul. A Esquerda, por seu lado, coloca a tónica na resposta europeia à guerra em Gaza: "Não tomou quaisquer sanções reais, e o anúncio de hoje não muda nada", acusou a copresidente Manon Aubry, acrescentando: "Perante o genocídio não podem existir meias medidas".

2. POLÓNIA - RÚSSIA - ARTIGO 4.º DO TRATADO NATO

A Polónia decidiu acionar o **Artigo 4 do Tratado do Atlântico Norte (NATO),** iniciando um processo formal de consulta entre os aliados da NATO devido à ameaça representada pela entrada de drones russos no seu território. Na **noite de 10 de setembro de 2025**, cerca de **19 drones (principalmente do tipo Shahed)** invadiram o espaço aéreo polaco, alguns provenientes da Bielorrússia, durante um massivo ataque russo contra a Ucrânia.

O primeiro-ministro Donald Tusk anunciou a decisão, sublinhando que se trata de um passo necessário antes de qualquer eventual ação coletiva, incluindo a possibilidade de invocação do Artigo 5, que estabelece a defesa mútua. O comando operacional das Forças Armadas da Polónia classificou as incursões — cerca de uma dezena de drones — como "sem precedentes" e alertou para a ameaça real à segurança dos cidadãos.

O Secretário-Geral da NATO reagiu, sublinhando a prontidão da Aliança. "As nossas defesas aéreas foram ativadas e garantiram com sucesso a defesa do território da NATO, como estão concebidas para fazer", afirmou, destacando a participação de vários aliados ao lado da Polónia, incluindo caças F16 polacos, F35 holandeses, AWACS italianos, meios de reabastecimento da NATO e baterias Patriot alemãs (detalhe aqui). Garantiu que o Comandante Supremo continuará a gerir ativamente a postura de dissuasão e defesa ao longo do flanco oriental, assegurando que "os aliados estão determinados a defender cada centímetro do território aliado". Sublinhou ainda que o episódio confirma a importância das decisões tomadas na Cimeira da Haia: "Precisamos investir mais na defesa, aumentar a produção para termos o necessário para dissuadir e defender, e continuar a apoiar a Ucrânia, cuja segurança está interligada com a nossa."

3. SESSÃO PLENÁRIA DO PE²

Gaza

O Parlamento Europeu aprovou, por 305 votos a favor, 151 contra e 122 abstenções, uma **resolução sobre a crise em Gaza**, exprimindo "profunda preocupação com a situação humanitária catastrófica" e apelando a uma ação urgente da UE (detalhe <u>aqui</u>). Os Deputados condenam o bloqueio da ajuda humanitária por parte do Governo israelita, que está a provocar fome no norte da Faixa, e pedem a abertura de todas as passagens fronteiriças.

O texto, disponível <u>aqui</u>, apela a um <u>cessar-fogo imediato e permanente e à libertação "imediata e incondicional" dos reféns israelitas em Gaza</u>, sublinhando a necessidade de pressão diplomática internacional sobre o Hamas. Os Deputados condenam os "crimes bárbaros" cometidos contra Israel e reiteram o seu "direito inalienável à autodefesa em conformidade com o direito internacional", mas alertam que esse direito "não pode justificar uma ação militar indiscriminada em Gaza".

A resolução apoia a decisão da Comissão Europeia de suspender o apoio bilateral e partes do Acordo UE-Israel, exigindo investigações completas a crimes de guerra e violações do direito internacional. Defende também sanções contra colonos violentos na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental, bem como contra os ministros israelitas Bezalel Smotrich e Itamar Ben-Gvir.

Os Deputados reafirmam que a paz exige uma solução assente na coexistência de dois Estados, pedindo progressos antes da Assembleia-Geral da ONU em setembro. Defendem a **desmilitarização de Gaza, a exclusão do Hamas da governação e o regresso de uma Autoridade Palestiniana** reformada como único governo legítimo. Sublinhando que a criação de um Estado palestiniano é essencial para a paz e a segurança de Israel, exortam os Estados-Membros a considerar o reconhecimento do Estado da Palestina.

Quadro Financeiro plurianual

Os co-relatores do Parlamento Europeu para o próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP) pós-2027, Siegfried Mureşan (PPE, Roménia) e **Carla Tavares (S&D, Portugal)**, estão em Copenhaga para encontros com responsáveis do Governo e do Parlamento dinamarqueses, incluindo o ministro das Finanças Nicolai Wammen, no âmbito da presidência rotativa do Conselho. As discussões centram-se no arranque das negociações do orçamento 2028-2034.

Mureşan destacou que "a presidência dinamarquesa partilha muitos aspetos da visão do Parlamento Europeu para o novo orçamento plurianual", sublinhando que este deve dar prioridade à defesa, competitividade e segurança dos cidadãos: "As empresas dinamarquesas precisam do apoio da UE para se manterem competitivas, e a segurança é uma responsabilidade partilhada." Acrescentou ainda que "novas prioridades exigem novos recursos, mas qualquer despesa deve respeitar o Estado de direito e os valores fundadores da União".

Carla Tavares salientou o calendário exigente para que o QFP esteja operacional a 1 de janeiro de 2028, afirmando: "O que todos queremos no fim é um orçamento melhor e mais ágil, plenamente alinhado com os objetivos e princípios da União, e que nos permita enfrentar os desafios que temos pela frente. Um orçamento ao serviço dos cidadãos europeus, respeitando as prerrogativas de ambas as autoridades orçamentais: o Conselho e o Parlamento."

Em Viena, o grupo dos chamados "contribuintes líquidos" reuniu-se de forma discreta para articular uma posição comum antes do arranque das negociações sobre o próximo Quadro Financeiro Plurianual (2028-2034). Notícia aqui.

-

² Fonte: serviço de imprensa do PE

Outros debates

- Resolução sobre a Ucrânia
- Resolução sobre o relatório Draghi
- Crise no setor da habitação na UE
- Reforma do financiamento da coesão e simplificação da coesão
- Futuro da Política Agrícola Comum
- Discurso da Presidente da Moldávia

4. EUROBARÓMETRO

O mais recente **Eurobarómetro** do Parlamento Europeu (primavera de 2025, <u>aqui</u>) revela que os <u>cidadãos da União têm expectativas elevadas relativamente ao papel da UE no atual contexto geopolítico e económico. 68% dos europeus (80% em Portugal) defendem que a <u>União deve assumir maior protagonismo na proteção contra crises internacionais e riscos de segurança</u>, enquanto nove em cada dez inquiridos exigem maior união entre os Estados-Membros. Para reforçar a posição global da UE, os cidadãos apontam como prioridades a defesa e segurança (37%) e a competitividade, economia e indústria (32%). Já no plano interno, as principais preocupações são a inflação e custo de vida (41%), a defesa e segurança (34%) e a luta contra a pobreza e exclusão social (31%), sendo que em Portugal a ênfase recai sobretudo na pobreza e exclusão (54%), inflação (53%) e saúde pública (50%).</u>

As conclusões sublinham também um <u>forte apoio a um financiamento comum para projetos de interesse europeu</u> (78% na UE, 86% em Portugal) e a exigência de maior transparência: 91% dos cidadãos europeus (94% em Portugal) defendem que o Parlamento deve ter todos os meios para controlar a despesa da União, com 85% a considerar que a atribuição de fundos deve estar condicionada ao respeito pelo Estado de direito.

A perceção do impacto da UE é elevada: 72% dos europeus afirmam que as políticas europeias influenciam o seu quotidiano, metade de forma positiva. Em Portugal, esse número é ainda maior (77%). Além disso, 73% dos europeus e 89% dos portugueses consideram que a adesão foi benéfica para o seu país. Como resumiu a Presidente do PE, Roberta Metsola, "os cidadãos da UE querem que a Europa se concentre na segurança e na economia (...). O Parlamento ouviu e agora temos de passar das palavras aos atos, investir no que interessa e proporcionar resultados aos nossos cidadãos". O vídeo de Roberta Metsola está disponível aqui.

5. ACORDO-QUADRO DE COOPERAÇÃO ENTRE O PE E A COMISSÃO

O Parlamento Europeu e a Comissão Europeia concluíram as negociações sobre um novo Acordo-Quadro, que reforça a transparência, a confiança e o diálogo interinstitucional (detalhe aqui). A Presidente Metsola afirmou que "os europeus querem um Parlamento mais forte, com um maior papel na definição da União e mais escrutínio democrático", destacando que este acordo "reforça a transparência, a responsabilização e a confiança". A Presidente von der Leyen acrescentou que "um envolvimento forte, eficaz e transparente entre as instituições da UE é essencial para a nossa democracia". O texto estabelece o princípio da igualdade de tratamento entre Parlamento e Conselho, reforça o papel da Comissão e compromete-a a fornecer informação detalhada e atempada sobre propostas legislativas, negociações internacionais e utilização de mecanismos de urgência, como o artigo 122.º do TFUE. Prevê também mais cooperação em matérias orçamentais, clarificação dos procedimentos sobre pedidos de atos legislativos ao abrigo do artigo 225.º e mecanismos de consulta em alterações às regras do Parlamento que afetem as prerrogativas da Comissão. O acordo provisório seguirá para a Conferência dos Presidentes, depois para a Comissão AFCO, antes da votação final em plenário (análise aqui).

6. COMISSÃO EUROPEIA - PROSPETIVA ESTRATÉGICA

O <u>Relatório de Prospetiva Estratégica 2025 da Comissão Europeia</u> apresenta a visão da "**Resiliência 2.0**", uma abordagem proativa para preparar a União Europeia para um futuro marcado por turbulência e incerteza. O documento reconhece megatendências como a aceleração da transição climática, o aumento das preocupações com a segurança, a intensificação da concorrência global e as interrogações sobre autonomia estratégica, competitividade, coesão social e defesa da democracia. A Comissão propõe integrar a prospetiva como elemento permanente da elaboração de políticas, com relatórios anuais que, a partir de 2026, analisarão tendências, testarão cenários e orientarão políticas a todos os níveis.

O relatório identifica oito áreas estratégicas em que a UE deve reforçar a resiliência:

- 1. Construir uma visão global para a UE como ator forte, estável e fiável no plano internacional.
- 2. Reforçar a segurança interna e externa através de soluções tecnologicamente avançadas.
- 3. Aproveitar a tecnologia e a investigação para promover prosperidade e valores europeus.
- 4. Fortalecer a resiliência económica a longo prazo, de modo a absorver choques e sustentar o crescimento.
- 5. Apoiar o bem-estar sustentável e inclusivo, consolidando o modelo social europeu.
- 6. Repensar a educação e as competências para preparar cidadãos e sociedades para a mudança tecnológica e social.
- 7. Proteger a democracia, a liberdade dos media e a coesão social, combatendo a desinformação.
- 8. Antecipar a transformação demográfica e promover a equidade intergeracional.

7. PARLAMENTO EUROPEU - DIÁLOGO DE RELATORES³

No dia 9 de setembro, a convite da relatora da Comissão AFCO (Assuntos Constitucionais) do Parlamento Europeu, Deputada Marieke Ehlers, decorreu um diálogo interparlamentar com os seus homólogos dos Parlamentos nacionais sobre a «aplicação das disposições do Tratado relativas aos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade e o papel dos Parlamentos nacionais no processo legislativo da UE».

Participou nesta reunião, em representação da Assembleia da República, a Senhora Deputada Eva Brás Pinho (PSD), membro da Comissão de Assuntos Europeus e Coordenadora do Grupo de Trabalho de Escrutínio das iniciativas europeias.

No período de debate foram abordados os problemas com a aplicação do mecanismo de alerta prévio introduzido pelo Tratado de Lisboa, nomeadamente, o fraco impacto que tem no processo legislativo europeu, tendo-se apelado que o mesmo fosse melhorado, o papel do Tribunal de Justiça da União Europeia na análise do cumprimento dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade das propostas apresentadas pela Comissão Europeia, o importante papel dos Parlamentos nacionais no processo legislativo europeu, designadamente, pelo facto de o dotar de maior legitimidade democrática, a importância de manter os Parlamentos nacionais mais informados sobre as fases do processo negocial legislativo europeu e o necessário prolongamento do prazo (de 8 para 12 semanas) para os Parlamentos nacionais se pronunciarem sobre o respeito dos princípios da subsidiariedade e proporcionalidade.

-

³ Ponto elaborado por Gonçalo de Sousa Pereira, assessor da Comissão de Assuntos Europeus.

8. REUNIÕES DO CONSELHO

Teve lugar a Reunião informal dos ministros da Educação.

9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Conselho Europeu

A agenda do Presidente desta instituição, António Costa, está disponível aqui.

Parlamento Europeu

A próxima semana é dedicada às atividades externas do PE.

Comissão Europeia

A <u>próxima reunião</u> terá lugar a <u>17 de setembro</u>, destacando-se a Comunicação Conjunta sobre uma nova Agenda Estratégica UE-Índia.

Conselho da UE

O <u>calendário</u> está disponível e terão lugar as seguintes reuniões: 15 e 16 de setembro - <u>Reunião informal dos ministros da Saúde</u>; 16 de setembro - <u>Conselho dos Assuntos Gerais</u>; 18 de setembro - <u>Conselho (Ambiente)</u>; 19 de setembro - <u>Eurogrupo</u>

Estrasburgo | 12 de setembro de 2025 de 2025

Para mais informações: <u>Bruno Dias Pinheiro</u>, Representante Permanente da AR junto da UE (página dedicada <u>aqui</u>).

Pode consultar as Sínteses anteriores aqui.